



EDITORIAL**P.3** NUNCA DESISTIMOS ATÉ AGORA. NO FUTURO TAMBÉM NÃO!**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.9** CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA FNE, EM AVEIRO: PROBLEMAS E DESAFIOS COMUNS NA EDUCAÇÃO**P.10 À P.14** XIII CONGRESSO DA FNE ELEGE PEDRO BARREIROS COMO SUCESSOR DE JOÃO DIAS DA SILVA**P.15** FNE AVANÇA COM PRÉ-AVISO DE GREVE PARA 6-6-23**P.16** ORGANIZAÇÕES SINDICAIS PROTESTARAM EM FRENTE À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**P.17** FNE AVANÇOU COM PEDIDO DE NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR**P.18** DIPLOMA NÃO MERECE A CONCORDÂNCIA DA FNE**P.19** O ÚLTIMO DIA DAS GREVES POR DISTRITO ACONTECEU A 12 DE MAIO E FOI ASSINALADO EM LISBOA COM DUAS CONCENTRAÇÕES**P.20** PRESIDENTE DA REPÚBLICA PROMULGA DIPLOMA SOBRE PROFESSORES, MAS COM SÉRIOS AVISOS AO GOVERNO**P.21** FNE REUNIU COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**P.22, P.23** FNE PRESENTE NAS CELEBRAÇÕES DO 1º DE MAIO DA UGT, EM LISBOA**P.24** FNE ASSINOU ACORDO COM CNIS**P.25** FNE AVANÇA COM PEDIDO DE REVISÃO DO CCT COM A CNEF**WEBINÁRIO****P.26 À P.28** WEBINÁRIO FNE/AFIET: “A LITERATURA PARA CRIANÇAS É UM GÉNERO MAIOR”**NA MINHA OPINIÃO****P.29** EPE À DERIVA**NÃO DOCENTES****P.30, P.31** PASSANDO POR E NAS ESCOLAS**P.32 À P.35** II CONFERÊNCIA MUNDIAL DO PAE, EM AVEIRO: RECONHECER, VALORIZAR E FINANCIAR**INTERNACIONAL****P.36 À P.40** FNE EM MADRID: DESCONETADOS COM A NATUREZA**SAÚDE****P.41, P.42** LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS: UM PROBLEMA PARA TODAS AS IDADES**LEGISLAÇÃO****P.43, P.44** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE ABRIL A 25 DE MAIO DE 2023**+VANTAGENS FNE****P.45** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA****MAIO 2023****proprietário**
Federação Nacional da Educação**diretor**
Pedro Barreiros**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**
Teresa Morais**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**
Mário Jorge**redação**
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**
Rafael Marques e Tiago Soares

NUNCA DESISTIMOS ATÉ AGORA. NO FUTURO TAMBÉM NÃO!

A FNE realizou o seu XIII Congresso nos dias 20 e 21 de maio de 2023

Um congresso é sempre um momento importante, não só pelo balanço e avaliação do trabalho desenvolvido, mas acima de tudo pelo perspetivar do trabalho a desenvolver, atendendo ao contexto em que estamos inseridos, em conjugação com todas as incertezas, mudanças e surpresas que nos esperam, nos tempos mais ou menos próximos.

Dizem alguns que o que é importante, o que interessa, é o que segue, o futuro, olhando sempre em frente.

Dirão outros que não é possível aspirar a um futuro promissor se não soubermos de onde viemos, o que fizemos, como se de alicerces fiáveis e resistentes para enfrentar os desafios que, de certeza, nos serão colocados.

É nesta dicotomia que a FNE vivenciou a saída do que foi seu Secretário-Geral, durante 19 anos, João Dias da Silva, e o início, enquanto Líder, do mandato do novo Secretário-Geral, Pedro Barreiros.

Muitos, muitos congressistas enaltecem a liderança de João Dias da Silva, a sua maneira de ser e estar. Realçaram os atributos que o caracterizam e que colocaram a FNE como uma federação atenta, responsável, credível e reconhecida.

Embora a afirmação anterior pretenda sistematizar o sentir de muitos, não se compara com a intensidade, o reconhecimento público, a diversidade de palavras, expressões que foram ditas e que ilustraram de uma forma sincera, verdadeira, e até emotiva, o passar de testemunho que se perspetivava.

Obrigado, João Dias da Silva.

Até sempre! Contamos contigo, contamos consigo.

“Não desisto!”

Foi assim que o Secretário-Geral Pedro Barreiros iniciou o seu mandato, erguendo bem alto um cachecol da FNE, contendo essa expressão.

No final da tarde do 1.º dia do Congresso, após a apresentação e afixação da lista candidata aos órgãos da FNE, liderada por Pedro Barreiros, muitos, muitos congressistas, deixaram bem expresso a confiança no futuro Secretário-Geral, um apoio inequívoco para uma liderança que se deseja repleta de vitórias, em prole dos trabalhadores da educação.

De uma forma categórica, ao longo do seu discurso após a tomada de posse, sem tibiezas, deixou bem

claro as linhas de orientação para o seu mandato, de acordo com o plano de ação para 2023-2027.

O documento, discutido e aprovado em congresso, tem como ponto de partida uma frase que resume a sua essência, a qual reproduzimos:

“A FNE irá continuar a manter a sua matriz de estrutura sindical de propositura, com o objetivo de contribuir para o encontro de soluções no contexto educativo e sindical. Apresentará as propostas e definirá todas as ações que entenda como fatores de valorização dos profissionais que representa e do sistema educativo, nos momentos oportunos e de forma fundamentada e sindicalmente responsável.”

Define também, como objetivo e horizonte de intervenção, “(...) fortalecer e nortear as ações da FNE durante esse período, apresentando-se com a flexibilidade e abertura necessárias a adaptações de acordo com a conjuntura e decisões que os órgãos sociais venham a tomar, devendo ser constantemente avaliado e monitorizado para se verificar e decidir sobre a necessidade de ajustes ou mudanças.”

É por aí que vamos, porque somos o que somos!

A responsabilidade da FNE é enorme.

Temos pela frente imenso trabalho. Dificuldades também. Mas somos FNE!

Esperamos que o Governo altere a sua atitude em relação aos profissionais da educação, deixando de ignorar os problemas existentes, ultrapassando o que até ao momento se traduziu numa enorme incapacidade para a sua resolução, não negociando as medidas necessárias, algumas que consideramos urgentes.

A FNE sempre defendeu o Diálogo Social e a Concertação, manifestando disponibilidade para a negociação, verdadeira negociação.

No entanto, também afirmamos de uma forma convicta:

- Que não desistimos!

- Hoje e no Futuro! Tal como nunca desistimos no passado!

Viva a FNE



Gabriel Constantino

Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho-Geral





AVEIRO 19 MAIO 2023

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

COM PROFISSIONAIS
RECONHECIDOS
E VALORIZADOS

O PAPEL DOS
SINDICATOS



ação sindical



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA FNE, EM AVEIRO: PROBLEMAS E DESAFIOS COMUNS NA EDUCAÇÃO



David Edwards, Secretário-Geral da IE, ao centro na foto.

A FNE levou a cabo uma Conferência Internacional em 19 de maio de 2023, em Aveiro, na véspera do seu XIII Congresso. Sob o lema "Investir na Educação com profissionais reconhecidos e valorizados - O papel dos Sindicatos", a conferência reuniu os convidados internacionais do congresso, com foco nos países de África e do Brasil que integram a Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), representada pelo seu Secretário-Geral (SG) José Augusto Cardoso.

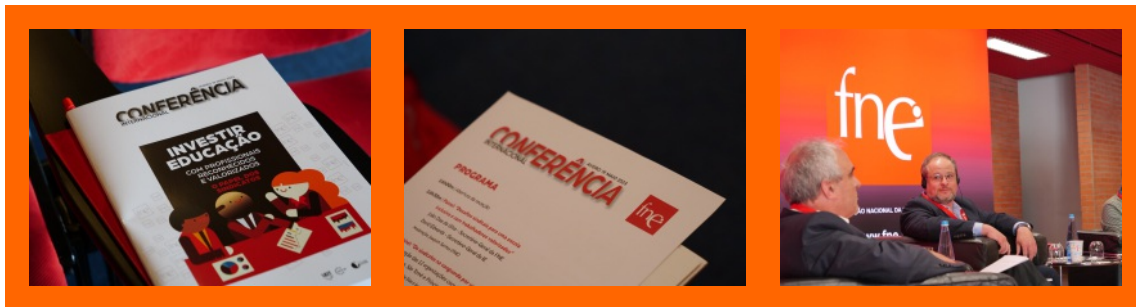
David Edwards, SG da Internacional da Educação (IE), foi um convidado especial. Participaram ainda Maribel Loranca Irueste (Setor da Educação da UGT espanhola), Fabrice Sechet (UNSA – França) e Rosemary Carabine (NASWUT – Reino Unido).

A abertura da receção ocorreu pelas 16h00. Trinta minutos depois, foi a vez do painel "Desafios sindicais para uma escola inclusiva e com trabalhadores valorizados", com o ainda Secretário-Geral da FNE João Dias da Silva e David Edwards, com moderação de Joaquim Santos (FNE).

A três dias de deixar a liderança da FNE, João Dias da Silva fez as honras de abertura da conferência, sublinhando que "a aposta na educação não se pode limitar a construir escolas e pôr nas escolas os equipamentos e a levar os alunos para a escola. A aposta na educação é também na valorização dos seus profissionais".

João Dias da Silva fez as honras de abertura da conferência, sublinhando que "a aposta na educação não se pode limitar a construir escolas e pôr nas escolas os equipamentos e a levar os alunos para a escola. A aposta na educação é também na valorização dos seus profissionais".





David Edwards concordou que "muito trabalho ainda está por fazer. Precisamos procurar soluções para cativar os jovens para a profissão docente".



João Dias da Silva recordou o quanto é necessário incluir a exigência de elevados níveis de formação de partida e ainda o acesso a formação contínua permanente, ao longo de toda a carreira. Outra exigência é a oferta de "salários ajustados às fortíssimas responsabilidades que os trabalhadores da educação têm para com os seus alunos e para com toda a sociedade. Esses salários devem aumentar com o tempo de serviço que as pessoas prestam, não podendo ficar estagnados em valores muito baixos".

A palavra passou para o SG da IE David Edwards, que concordou que "muito trabalho ainda está por fazer. Precisamos procurar soluções para cativar os jovens para a profissão docente", acrescentando que uma das hipóteses passa por "maior investimento na educação por parte dos governos. Isto porque quando se fala em investir em educação a resposta fácil é dizer que não há dinheiro. Mas ele existe".

David Edwards sublinhou que, com a campanha «Pela Escola pública - Investir na educação», a decorrer em todo o mundo, a IE e os sindicatos querem perceber onde está o dinheiro e como ele pode ser canalizado para as escolas e para a educação pública", deixando depois críticas à forma como a inteligência artificial tem vindo a ser utilizada e elogios quanto à importância que os professores demonstraram ter na vida das crianças durante a pandemia.



TODOS POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Seguiu-se o painel “Os sindicatos na vanguarda por uma educação de Qualidade”, moderado por Alexandre Dias e Joaquim Santos, ambos da FNE, com intervenção das doze organizações sindicais convidadas, que deixaram relatos individuais do quadro sindical em que vive a educação de cada um dos seus países de origem.

Guilherme Silva, do SINPROF e Vasco Almeida da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social de Angola (FSTECDCSA) mostraram que naquele país os problemas são muito exigentes: “Temos um movimento forte de luta há cerca de dois anos, com várias greves e manifestações por melhores condições de trabalho e de salários para os professores. A educação em Angola é um ‘parente pobre’, pois apenas 7,7% do Orçamento

de Estado é encaminhado para a educação. Ambos os sindicalistas defenderam que “é um desafio gigantesco termos escolas em Angola com 70, 150 e algumas com 200 alunos por turma. O governo não quer entender que um professor motivado, com bom salário e com valorização profissional é uma mais valia para o país”.

Já Rosário Quive, da Organização Nacional de Professores de Moçambique (ONP) defendeu “que o que temos de pensar, e temos feito muito isso, é perceber o que é que os sindicatos podem fazer por uma educação de qualidade. Em Moçambique, além da luta que é igual à que se passa em quase todo o mundo por uma valorização, temos pressionado o governo e tentado mostrar a todos a importância dos sindicatos”.

São Tomé e Príncipe vive dias complicados no que às escolas diz respeito. Segundo Gastão Ferreira, SG do SINPRESTEP, “temos cerca de dois mil professores na ilha, 90% de crianças alfabetizadas, mas somos um país que nada produz e cujo orçamento de estado depende em 90% de apoio internacional.”



Guilherme Silva, do SINPROF, ao centro na foto.



Vasco Almeida, da FSTECDCSA, com a FNE.



Rosário Quive, da ONP, Moçambique.



São Tomé e Príncipe vive dias complicados no que às escolas diz respeito. Segundo Gastão Ferreira, SG do SINPRESTEP, "temos cerca de dois mil professores na ilha, 90% de crianças alfabetizadas, mas somos um país que nada produz e cujo orçamento de estado depende em 90% de apoio internacional."

Esta opinião foi de seguida partilhada por Abraão Borges, da FECAP/SIPROFIS, de Cabo Verde, que reconheceu os mesmos problemas, somando ainda que "no meu país temos vários professores a sair para outros países, como Portugal. Tivemos de criar uma espécie de frente comum dos vários sindicatos e estamos a tentar implementar uma política que consideramos muito importante que será virada para a educação de primeira infância, para oferecermos uma qualidade na educação a partir daí".

São Tomé e Príncipe vive dias complicados no que às escolas diz respeito. Segundo Gastão Ferreira, SG do SINPRESTEP, "temos cerca de dois mil professores na ilha, 90% de crianças alfabetizadas, mas somos um país que nada produz e cujo orçamento de estado depende em 90% de apoio internacional. E tudo piorou porque o governo criou agora dois sindicatos para nos combater, o que só mostra como todas as políticas de educação do meu país estão erradas".

Virando a agulha no mapa, o Brasil tomou a palavra. Primeiro por Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e depois por Cristina de Castro, Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Os dois dirigentes de sindicatos "canarinhos" assumiram que o país vive uma mudança na relação do governo com a educação, agora que Lula da Silva ocupa de novo o lugar da presidência: "Lula recuperou o Fórum Nacional da Educação e existe já um plano para pensar a próxima década da educação no Brasil, o novo Plano Nacional de Educação", contou Heleno Filho.

Por sua vez, Cristina Castro assumiu que "é muito complicado gerir a educação no meu país, porque somos um território enorme, com muitas diferenças geográficas e financeiras e com muitas zonas a precisar de um investimento avultado na educação. Isto depois de quatro anos em que a educação e a saúde foram setores destruídos pelo estado".



Abraão Borges, da FECAP-SIPROFIS, de Cabo Verde



Gastão Ferreira, SG do SINPRESTEP



Heleno Araújo Filho, Presidente da CNTE



Cristina de Castro, Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da CNTEE

NEGOCIAÇÃO SÓ DEPOIS DE MUITA LUTA

José Augusto Cardoso, SG da CPLP-SE, trouxe para o debate a situação atual do plano de ação da organização que lidera, o que tenta fazer e tem feito, tal como "procurar apoios, verificar as necessidades, pedir mais rigor e investimento nos Orçamentos de Estado" e tentar ainda que "os governos entendam que a prioridade deve ser a educação e não investimentos em guerras e armas". José Augusto Cardoso espera que o próximo congresso da CPLP-SE em outubro deste ano, em Amarante, funcione como uma mola impulsadora das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da educação, em África, no Brasil e em Portugal.

A Europa entrou de seguida no mapa de intervenções da conferência, através da voz de Maribel Loranca Irueste, Secretária de Educação da UGT-Espanha, que deixou uma sucinta exposição sobre a nova lei educativa espanhola e a forma como "nuestros hermanos" organizam a sua educação, "muito descentralizada e com decisões específicas a nível das autonomias, inclusivamente em matéria salarial".

Esta reconhecida dirigente sindical confessou que "a negociação coletiva tem sido muito limitada" e que também em Espanha "partilhamos os vossos problemas, pois é muito difícil atrair profissionais para a profissão docente, sem lhes oferecer boas condições de trabalho, de salário, de progressão na carreira".

Esta visão foi confirmada por Rosemary Carabine, Presidente do Nasuwt, do Reino Unido, que deixou o cenário britânico da educação pintado em cores similares ao português: "Os professores não têm dinheiro, com o salário que recebem,

para alugar ou comprar casa. É uma profissão cada vez menos valorizada pelo nosso governo e até pela sociedade e pelos pais. O privado começa a ser cada vez mais valorizado pelo Estado, o que leva a um aumento da luta pela melhoria das condições de trabalho, por mais investimento e valorização da escola pública".

Fabrice Sechet, Coordenador do Departamento Internacional da UNSA (França), repetiu muito do que a colega inglesa já tinha afirmado, acrescentando ainda que "em França, os sindicatos não são apreciados pelos governos e que só depois de muita luta e várias greves é que os responsáveis se abrem para a negociação. Há uma constante desvalorização do papel do professor na sociedade", lamentou.

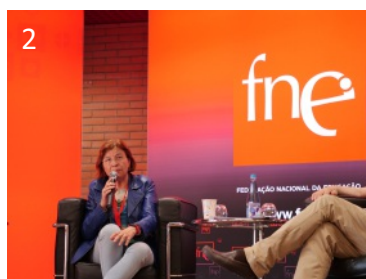
O encerramento da Conferência Internacional da FNE ficou a cargo do Vice-SG Pedro Barreiros, representante da FNE na CPLP-SE, que reconheceu a dificuldade do trabalho desta organização "até a nível interno, pois é preciso trabalharmos mais ainda para percebermos quais os melhores rumos que devemos seguir em conjunto".

Por isso, argumenta Pedro Barreiros, a CPLP-SE tem tanto trabalho pela frente. Mas esse trabalho não pode acontecer apenas nas redes sociais. Tem mesmo de ser feito nas escolas, em contacto com os educadores e professores, com os pais, com as comunidades educativas, pois só assim se percebem e conhecem as realidades. Depois é preciso dar voz a todas as partes interessadas. Só assim conseguiremos alcançar as nossas metas. Os nossos objetivos. Tudo aquilo por que lutamos.

Para Pedro Barreiros "a CPLP-SE tem tanto trabalho pela frente. Mas esse trabalho não pode acontecer apenas nas redes sociais. Tem mesmo de ser feito nas escolas, em contacto com os educadores e professores, com os pais, com as comunidades educativas, pois só assim se percebem e conhecem as realidades".

Galeria de fotos

[Conferência Internacional](#)



1- José Augusto Cardoso (CPLP-SE)

2- Maribel Loranca Irueste (UGT-Espanha)

3- Rosemary Carabine (Nasuwt)

4- Fabrice Sechet (UNSA)

5- Jeff Pessi (IE)

6- Pedro Barreiros (FNE)

XIII CONGRESSO
FEDERAÇÃO NACIONAL
DA EDUCAÇÃO

POR CARREIRAS DIGNIFICADAS

E DE CONGRESSOS
CULTURAIS
CENTRO

E PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ATRATIVAS

AVEIRO 20 E 21 MAIO 2023



XIII CONGRESSO DA FNE ELEGE PEDRO BARREIROS COMO SUCESSOR DE JOÃO DIAS DA SILVA



Pedro Barreiros, Presidente do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN), é o novo Secretário-Geral (SG) da FNE, sucedendo a João Dias da Silva, líder da federação desde 2004. Aconteceu no XIII Congresso da FNE, realizado em 20 e 21 de maio de 2023, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, sob o lema **“POR CARREIRAS DIGNIFICADAS E ATRATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE”**.

Cerca de 500 delegados, em representação dos milhares de sócios dos dez sindicatos da FNE, aprovaram, por maioria absoluta, o nome do novo SG e homenagearam, nos dois dias do congresso, a carreira ímpar e o trajeto traçado por João Dias da Silva, durante 19 anos de liderança, que vai servir de base e inspiração para o futuro da federação. João Dias da Silva que abandonou o cargo de SG, mas que continuará ligado aos destinos da federação.

A sessão de abertura contou com intervenções de Maria João Cardoso, Presidente da Mesa do Congresso, de José Abraão, Secretário-Geral da

FESAP, de José Augusto Cardoso, Secretário-Geral da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa e de Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

David Edwards, SG da Internacional da Educação (IE), e Susan Flocken, Diretora europeia do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE - Região Europa da IE), fizeram intervenções em vídeo, elogiando o trabalho da FNE e apelando ao reconhecimento e valorização de todos os trabalhadores da Educação em Portugal.

Na apresentação das atividades do seu mandato, o SG João Dias da Silva deixou críticas aos três governos com que a FNE se cruzou, desde a sua última eleição em 2018: "Com a pandemia, a sociedade percebeu bem a importância e a necessidade das escolas e dos seus profissionais. Não houve, no entanto, a mesma visão por parte dos três governos que, ao longo deste período de tempo, foram responsáveis pelo nosso país. A Educação não foi prioridade e os seus trabalhadores não foram reconhecidos".

Cerca de 500 delegados, em representação dos milhares de sócios dos dez sindicatos da FNE, aprovaram, por maioria absoluta, o nome do novo SG e homenagearam, nos dois dias do congresso, a carreira ímpar e o trajeto traçado por João Dias da Silva.

A tarde de atividades contou com a apresentação e votação de alterações aos Estatutos da FNE, que foram aprovadas por unanimidade na especialidade, seguindo-se um convite a todos os convidados internacionais para se dirigirem aos congressistas.

Tomaram então a palavra os representantes de Angola, Vasco Almeida (Vice-Presidente do FSTECDCSA) e Guilherme Silva (Presidente do SINPROF), seguindo-se os brasileiros Heleno Manoel Araújo Filho (Presidente da CNTE) e Cristina de Castro (Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da CONTEE).

Depois foi a vez dos cabo-verdianos Abraão Borges (SG da FECAP e Presidente do SIPROFIS) e Jorge Manuel Mendes Cardoso (Presidente do SINDEP), que antecederam Rosário Guidione Quive (Presidente da ONP de Moçambique), Gastão da Graça Ferreira (SG do SINPRESTEP de S.Tomé e Príncipe) e, por fim, da espanhola Maria Isabel Loranca Irueste (Secretária de Educação da UGT de Espanha).

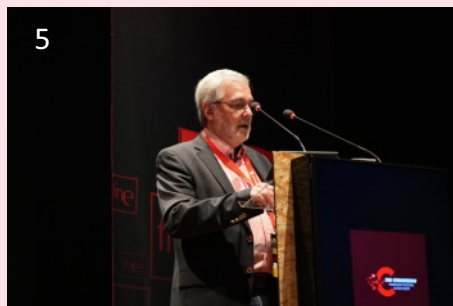
A segunda parte do primeiro dia de trabalhos trouxe ainda a homenagem do Congresso a João Dias da Silva, com um vídeo de recordações da carreira deste líder máximo da federação e a oferta de uma prenda de reconhecimento pelos sindicatos da FNE, com todo o auditório rendido ao testemunho do seu trabalho e dedicação.

O ainda SG da FNE dedicou algumas palavras de despedida aos congressistas, assumindo que fez sempre tudo pensando no melhor para todos os sócios da FNE e que "tenho a quase absoluta certeza que nos próximos tempos cá estaremos todos, eu incluído, a festejar novas conquistas, num futuro que será bem mais próximo do que julgamos".

Pelas 17h foi anunciada a única lista candidata a votações (Lista A) e Pedro Barreiros apresentou aquele que o próprio apelidou como "ambicioso Plano de Ação para 2023-2027", ao que se seguiu a abertura a 60 delegados inscritos para debate deste documento.

Pelas 17h foi anunciada a única lista candidata a votações (Lista A) e Pedro Barreiros apresentou aquele que o próprio apelidou como "ambicioso Plano de Ação para 2023-2027".





1- José Ricardo Coelho | 2- Maria João Cardoso | 3- Joaquim Santos | 4- Manuel Teodósio | 5- Mário Mourão (SG da UGT) | 6- Pedro Barreiros

CINCO RESOLUÇÕES PARA AÇÃO SINDICAL

O domingo de 21 de maio abriu com as votações dos delegados para o futuro SG da FNE e com a continuação das últimas 15 participações dos delegados inscritos para o debate sobre o Plano de Ação 2023-2027, que acabou aprovado por unanimidade e aclamação, por parte de cerca de meio milhar de congressistas.

O Congresso prosseguiu com a apresentação de cinco resoluções para votação. A primeira sobre o "Ano Europeu das Competências deve assegurar um compromisso com o crescimento do nível das aprendizagens para todos", apresentada pelo Secretário Nacional Avocado Joaquim Santos. O Secretário Executivo Manuel Teodósio apresentou a segunda resolução, intitulada "Por níveis ajustados de investimento para uma educação de qualidade".

A Educação Ambiental é uma forte aposta da FNE e José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral, tem sido o seu rosto mais visível. Daí ter apresentado a resolução "Por um ambiente saudável e sustentável como um direito humano". A quarta resolução, com o título "Pelo fim da invasão da Ucrânia e pela sua reconstrução", teve a apresentação da Presidente da Mesa do Congresso, Maria João Cardoso.

Por fim, a resolução apresentada pelo SPZN apelando à mobilização dos docentes para a

Greve Nacional convocada pela FNE para o dia 6 de junho de 2023 como forma de demonstração do enorme descontentamento dos professores portugueses face ao modo como o Governo e particularmente o Ministério da Educação têm conduzido os processos negociais.

As cinco resoluções obtiveram a aprovação dos congressistas, numa altura em que a sala já esperava pelos resultados da votação para o Secretariado Nacional e, consequentemente, para a eleição do novo líder da FNE.

Pouco depois das 12h, Maria João Cardoso anunciou os resultados eleitorais, que consagraram Pedro Barreiros, Presidente do SPZN, como novo SG da FNE. Os novos órgãos sociais da FNE (Secretariado Nacional e Mesa do Congresso) para o quadriénio 2023-2027 foram eleitos com 397 votos a favor, 13 votos contra, seis votos em branco e três votos nulos, num universo de 419 votantes.

O SG da UGT, Mário Mourão, discursou saudando o novo líder da FNE e garantindo o apoio da central sindical para todos os momentos necessários, na luta por uma educação mais valorizada e reconhecida. A cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais contou com a presença de representantes do PSD, Chega e Iniciativa Liberal e de várias organizações sindicais.

As cinco resoluções obtiveram a aprovação dos congressistas, numa altura em que a sala já esperava pelos resultados da votação para o Secretariado Nacional e, consequentemente, para a eleição do novo líder da FNE.

“OBRIGADO, JOÃO!”

Já como novo SG da FNE, Pedro Barreiros fez o discurso de encerramento, começando por lembrar, aos partidos políticos presentes, que podiam "contar com o nosso empenho, disponibilidade e contributos, mas também com a nossa isenção e intervenção crítica". Os trabalhadores da educação "precisam de ser lembrados, não apenas com promessas eleitorais, mas com propostas concretas de melhoria das suas carreiras, de valorização da profissão e do seu bem-estar pessoal e familiar".

Pedro Barreiros garantiu assumir a liderança da FNE "com toda a responsabilidade e compromisso necessários para defender os interesses dos profissionais da educação e ajudar a promover uma educação de qualidade no nosso país. É uma honra para mim assumir este cargo, pelo que, a partir de hoje, o que não era um desejo, passa a ser uma vontade inabalável".

Tal como apresentado no Plano de Ação, o novo SG da FNE apontou ao futuro, afirmando que "o reconhecimento, não pode continuar a passar por meras palavras de agradecimento. Que ficam bem a quem as produz, mas que pouco são vertidas em termos de valorização concreta, traduzindo-se "em muito pouquinho".

Assim sendo, a FNE, em vez de um obrigado, quer a contabilização de todo o tempo de serviço trabalhado; horários de trabalho que nos permitam ter tempo para nós; uma avaliação de desempenho justa e transparente; o respeito pela nossa dignidade pessoal e profissional; e carreiras apelativas.

A FNE quer ao mesmo tempo melhores salários; a contratação de mais profissionais da educação; o fim de papeis, plataformas e projetos inúteis, que nos consomem e desviam do mais importante - que é a relação pedagógica e o sucesso dos nossos alunos; e ter uma escola onde dê gosto trabalhar.

Pedro Barreiros anunciou também que no dia seguinte ao congresso seria, de imediato, enviado um pedido de reunião aos partidos políticos, ao Presidente da República e a diversas instituições para apresentar o novo Plano de Ação, ali mesmo aprovado.

O novo líder da FNE não esqueceu o passado e João Dias da Silva mereceu-lhe as últimas palavras de agradecimento: "Ficaram milhares de horas de trabalho, de convívio, de estrada, de lutas, de telefonemas, mails, mensagens, videoconferências, de trabalho, muito trabalho. Mas cada minuto valeu a pena. Em meu nome e em nome da FNE, quero dizer apenas: Obrigado, João!".

Ao fechar o congresso, Pedro Barreiros apontou a mira ao futuro: "A partir de amanhã, nas nossas escolas, temos de ser portadores de uma simples mensagem: de que os trabalhadores da Educação, Docentes e Não Docentes, podem acreditar na FNE. Porque todos nós, juntos, vamos dar o nosso melhor e trabalhar 'POR CARREIRAS DIGNIFICADAS, VALORIZADAS E ATRATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE'."

"Ficaram milhares de horas de trabalho, de convívio, de estrada, de lutas, de telefonemas, mails, mensagens, videoconferências, de trabalho, muito trabalho. Mas cada minuto valeu a pena. Em meu nome e em nome da FNE, quero dizer apenas: Obrigado, João!"

Pedro Barreiros

Galeria de fotos: [1º dia](#) | [2º dia](#)





FNE AVANÇA COM PRÉ-AVISO DE GREVE PARA 6-6-23

A FNE avançou com um Pré-Aviso de Greve das 00h do dia 6 de junho às 00h do dia 7 de junho de 2023.

Esta é uma greve por políticas concretas de valorização dos trabalhadores que reconheçam a sua importância na prestação do serviço público de Educação.

Este dia ficará ainda marcado por duas grandes manifestações organizadas pela plataforma de nove organizações sindicais em simultâneo no Porto e em Lisboa, para recordar ao governo que simbolicamente no dia 6-6-23 os professores não abdicam de um dia dos seus 6 anos, 6 meses e 23 dias que faltam recuperar de tempo de serviço.

Esta é uma luta que já vai longa, os Docentes reafirmam não desistir das justas e legítimas reivindicações às quais o Governo teima em não querer dar solução.

A FNE e os seus Sindicatos não podem aceitar que o Governo mantenha uma política que insiste na desvalorização da profissão docente e que promove verdadeiros "apagões" do tempo de serviço prestado para efeitos de progressão na carreira e exigimos por isso políticas concretas de valorização dos trabalhadores e que se reconheça a sua importância na prestação do serviço público de Educação.

Esta é uma greve por políticas concretas de valorização dos trabalhadores que reconheçam a sua importância na prestação do serviço público de Educação.

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS PROTESTARAM EM FRENTE À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A FNE, em conjunto com as oito organizações da plataforma sindical da educação, marcou presença numa concentração simbólica em frente à Assembleia da República para assinalar e relembrar o momento em que, há 4 anos, o Primeiro-Ministro António Costa iniciava uma declaração, após reunião extraordinária do Conselho de Ministros, afirmando que "a aprovação em votação final global desta iniciativa parlamentar forçará o governo a apresentar a sua demissão".

António Jorge Pinto, Secretário-Nacional da FNE, na sua intervenção destacou "a falta de consciência que este Governo tem tido na matéria da recuperação do tempo de serviço".

Os professores não esquecem esta afirmação de um Primeiro-Ministro e ainda hoje lutam pela recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço que continuam por recuperar e consideram inaceitável que o Ministério da Educação tenha apresentado um projeto de diploma sobre a carreira docente que não recupera um único dia daquele tempo.

Pode o governo querer impedir a recuperação de um só dia daqueles 2393 que estiveram congelados, mas os professores reiteram que enquanto faltar recuperar um desses dias a sua luta não irá parar.



João Dias da Silva, presente nesta iniciativa, acusou o Governo de "andar num jogo de sombras, dando com uma mão e tirando com a outra, fazendo de conta que está a negociar".

FNE AVANÇOU COM PEDIDO DE NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR



A FNE avançou na tarde de 28 de abril com um pedido de negociação suplementar ao Ministério da Educação (ME), manifestando uma clara oposição às propostas finais da tutela, referentes à correção de assimetrias na carreira docente, em resultado dos períodos de congelamento.

Como a FNE sublinhou nas reuniões realizadas durante este processo de negociação entre o ME e a FNE, em conjunto com outras organizações sindicais, as propostas da tutela revelam-se insuficientes, injustas e promotoras de novas assimetrias, sendo ainda incompreensível que até este momento o ME não tenha entregue as atualizações que correspondam às alterações que tem referido em sede de reunião negocial.

A FNE considerou ainda incompreensível que o ME ignore em absoluto a proposta sindical, apresentada em 13 de março, com o objetivo de se iniciar o processo de recuperação do tempo de serviço docente prestado e até agora não considerado, associado à dispensa de vagas para todos os docentes, o que constituiu um claro exercício de promoção de um quadro negocial responsável.

Para a FNE é fundamental apurarem-se soluções e respostas para estas matérias que tanto contribuem para a valorização e dignificação dos educadores e professores portugueses.

A FNE considerou ainda incompreensível que o ME ignore em absoluto a proposta sindical, apresentada em 13 de março

DIPLOMA NÃO MERECE A CONCORDÂNCIA DA FNE

E a reunião suplementar de negociação referente à correção de assimetrias na carreira docente, em resultado dos períodos de congelamento aconteceu a 15 de maio.

Manuel Teodósio, secretário-executivo da FNE, fez o resumo deste encontro, começando por considerar que "este diploma vai avançar sem a nossa concordância e fica muito longe das correções que deviam ser feitas, tal como a recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias do tempo de serviço congelado. Vão ser apenas algumas 'migalhas' e apenas para alguns professores. (...) O Ministro assumiu que a proposta anterior não acolheu nenhuma das alterações propostas por nós e por isso vamos ter um diploma que a tutela chama de acelerador de carreiras, mas que vai deixar muitos professores de fora".

É de recordar que a FNE sempre sublinhou nas reuniões realizadas durante este processo de negociação entre o ME e a FNE, em conjunto com outras organizações sindicais, que as propostas

da tutela revelavam-se insuficientes, injustas e promotoras de novas assimetrias e que é incompreensível que o Ministério da Educação ignore em absoluto a proposta sindical, apresentada em 13 de março, com o objetivo de se iniciar o processo de recuperação do tempo de serviço docente prestado e até agora não considerado, associado à dispensa de vagas para todos os docentes, o que constituiu um claro exercício de promoção de um quadro negocial responsável.

Já sobre a matéria da mobilidade por doença, o ME voltou novamente a nada mostrar: "A FNE tem vindo em todas as reuniões a afirmar que é preciso fazer grandes afinações nesta matéria e hoje percebemos que este ano não vai haver qualquer alteração na mobilidade por doença. Mais uma vez os que precisam de apoio vão viver dificuldades, algo que obviamente não nos deixa tranquilos".

Esta negociação ficou encerrada e a FNE ia então aguardar o diploma final.

**"Este diploma vai avançar sem a nossa concordância e fica muito longe das correções que deviam ser feitas, tal como a recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias do tempo de serviço congelado".
Manuel Teodósio**



O ÚLTIMO DIA DAS GREVES POR DISTRITO ACONTECEU A 12 DE MAIO E FOI ASSINALADO EM LISBOA COM DUAS CONCENTRAÇÕES



Na segunda ação do dia foi feito um balanço da greve por distritos e uma breve apreciação do diploma de concursos publicado no início da semana.

Primeiro de manhã, pelo 12h, os docentes e dirigentes da plataforma de nove sindicatos reuniram-se na entrada da Escola Artística António Arroio naquele que foi o primeiro momento de protesto com a escolha deste local a dar-se por tardar uma obrigação legal do Ministério da Educação, que é a aprovação de um concurso de vinculação extraordinário dos docentes que ali exercem funções, bem como na Escola Soares dos Reis, no Porto, e a aprovação de um regime específico de concursos para aqueles docentes. Esta concentração teve, por isso, os objetivos das que se realizaram nos dias anteriores, mas, também, o protesto dos docentes daquela escola pelos motivos que se referiram.

À tarde, pelas 15h, deu-se a concentração final com o Rossio a ouvir os protestos de centenas de professores no final de uma greve que se iniciou no distrito do Porto, a 17 de abril, e que percorreu todo o país, distrito a distrito, com um nível de adesão muito significativo, na ordem dos 80%.

Nesta segunda ação do dia foi feito um balanço da greve por distritos e uma breve apreciação do diploma de concursos publicado no início da semana, da reafirmação das posições que os sindicatos vão levar à reunião de negociação suplementar que se realizaria a 15 de maio, no Ministério da Educação e por fim do anúncio da grande manifestação prevista para a data simbólica de 6-6-23 e que decorrerá em paralelo em Lisboa e no Porto e da continuação das greves à CNLE, ao sobretrabalho e a todo o serviço extraordinário.



PRESIDENTE DA REPÚBLICA PROMULGA DIPLOMA SOBRE PROFESSORES, MAS COM SÉRIOS AVISOS AO GOVERNO

O Diploma de concursos de professores aprovado a 8 de maio pela Presidência da República contém, tal como tem sido reforçado pela FNE ao longo do processo negocial com a tutela, várias injustiças tais como:

- nesta proposta de diploma não ficou estabelecido o respeito pela graduação profissional e tempo de serviço, o que vai levar a que continuemos a assistir a ultrapassagens que já existiam e ainda a novas situações que foram criadas e que não ficaram resolvidas;

- o regime de remuneração e vinculação dos docentes contratados, o regime de mobilidade interna, a criação do conselho de QZP e as condições para o destacamento por ausência de componente letiva são matérias promotoras de injustiça;

- o modelo de vinculação dinâmica levará a ultrapassagens devido aos requisitos definidos.

O texto em que o Presidente da República promulgou o diploma de concursos de professores foi o seguinte:

1. A Casa Civil da Presidência da República tem acompanhado, de muito perto, em contacto com o Governo e recebendo as Associações Sindicais, quer o presente regime legal, quer a matéria, ainda pendente, da recuperação faseada do tempo de serviço dos docentes.

2. Quanto ao presente diploma, foram formuladas várias sugestões e, também, apresentada proposta concreta sobre a vinculação dos professores, no sentido de a tornar mais estável, sem, com isso, introduzir desigualdades adicionais às já existentes.

3. Apesar de não ter colhido consagração a proposta apresentada, nem outra, mais minimalista, a certa altura aventada no diálogo com a Presidência do Conselho de Ministros, o Presidente da República entende dever promulgar o presente quadro jurídico.

4. Fá-lo tendo em atenção a publicação pelo Governo, no Diário da República, da Portaria n.º 111-A/2023, de 26 de abril, que abre concurso apenas para dois mil professores, para o ano próximo, fundada na versão da lei vigente e porque a nova lei não foi promulgada nem publicada e, portanto, não entrou ainda em vigor.

5. Adiar a promulgação, embora no prazo legal de 40 dias, que termina a 15 de maio, ou recusar essa promulgação, neste contexto, representaria adiar as expectativas de cerca de oito mil professores, além de deixar sem consagração legal algumas das suas reivindicações pontuais, aceites pelo Governo.

Por essa razão determinante, o Presidente da República promulgou o diploma do Governo que regula a titularização e os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Espera, contudo, que o diálogo com os professores prossiga, nomeadamente quanto ao futuro dos professores agora vinculados por um ano, assim como quanto à recuperação faseada do tempo docente prestado e ainda não reconhecido.

Importaria que o ano letivo de 2023-2024 não fosse, ao menos para alguns alunos e famílias, mais um ano acidentado, tal como foram, por razões muito diversas, os três que o precederam.

O Diploma de concursos de professores aprovado a 8 de maio pela Presidência da República contém, tal como tem sido reforçado pela FNE ao longo do processo negocial com a tutela, várias injustiças.

FNE REUNIU COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Uma delegação da FNE constituída pelo Professor Bravo Nico e pelos Secretários-Executivos Manuel Teodósio e José Luís Abrantes, reuniu na manhã de 15 de maio com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), Elvira Fortunato, para um encontro que teve como objetivo a apresentação e discussão do mecanismo de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados para as carreiras de investigação científica e docente.

À saída da reunião, a delegação da FNE afirmou que "foi-nos hoje apresentado um documento que é uma proposta para que os investigadores possam, quer das universidades, quer dos politécnicos, ter acesso a concursos com contratos por tempo indeterminado". No entanto a FNE acrescentou que "não tivemos acesso ao documento previamente e por isso não podemos emitir uma opinião final sobre o mesmo".

"O MCTES está disponível para negociar connosco e há um princípio base com o qual nós (FNE) estamos sempre de acordo: acabar com a precariedade no sistema de ensino superior. E, portanto, tudo o que seja acabar com essa precariedade, estamos de acordo", defenderam, dizendo ainda que "outro ponto que interessa é perceber o que resultou das medidas realizadas. Nós sabemos que no PREVPAP ficaram de fora inúmeros docentes e investigadores e por isso uma coisa é o campo dos princípios e outra é o resultado da legislação que é proposta".

A FNE garantiu que vai continuar a negociar e que "vamos analisar o documento e emitir uma opinião mais avaliada".

"Nós sabemos que no PREVPAP ficaram de fora inúmeros docentes e investigadores e por isso uma coisa é o campo dos princípios e outra é o resultado da legislação que é proposta".





DIA MUNDIAL DO
TRABALHADOR
2023



VALORIZAR TRABALHADORES

COM 

Melhores salários e
carreiras dignificadas

Fátima Martins | 1º Prémio - 3º Escalão



FNE PRESENTE NAS CELEBRAÇÕES DO 1º DE MAIO DA UGT, EM LISBOA



Foi em Lisboa que a UGT realizou as comemorações do Dia do Trabalhador de 2023.

Os jardins da Torre de Belém receberam milhares de pessoas que quiseram mostrar a força dos trabalhadores portugueses em mais um 1º de Maio numa celebração que contou com atuações musicais dos grupos "7 Saias" e "HMB" assim como do habitual discurso e presença de dirigentes de todos os sindicatos da UGT em palco.

Na sua intervenção, o secretário-geral da UGT, Mário Mourão, afirmou que "o tempo é de mobilização e de luta" e garantiu que "se assistirmos a um agravamento da situação económica e social do país, não teremos hesitações e acionaremos a cláusula de salvaguarda [do Acordo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade], para que situações passadas não se voltem a repetir, nomeadamente as que fragilizam a situação já precária dos trabalhadores e das suas famílias", acrescentando ainda que "não aceitaremos que este Acordo se fique pelo papel e que não seja acompanhado por políticas que lhe deem forma e consistência".

Mário Mourão sublinhou ainda as ações da UGT na defesa dos trabalhadores e defendeu que "o tempo é de mobilização e de luta" e justificou: "no nosso ADN está o diálogo e a negociação, mas não abandonaremos as ações de luta sempre que se justifiquem, como aliás já está a acontecer em vários setores de atividade".

"Estamos ao lado dos trabalhadores e faremos tudo para que não sejam eles os únicos a pagar a fatura das sucessivas crises que enfrentamos", acrescentou.

A UGT desafiou ainda o Governo a concretizar a intenção de desagravamento de impostos em dois mil milhões de euros "e efetivamente diminuir a carga fiscal, nomeadamente aquela que diz respeito aos rendimentos do trabalho e mais intensamente no IRS, uma vez que é este imposto que mais sobe em percentagem com o PIB" e lembrou que "vivemos, aqui e ali, tentativas, mais ou menos encapotadas, de enfraquecer o papel e a intervenção dos parceiros sociais naquele que deve ser o fórum privilegiado para o reforço do diálogo e da negociação. Não podemos repetir situações do passado recente nem permitir manobras que enfraqueçam a concertação social".

Para o líder da UGT, "são os sindicatos, em particular os da UGT, o garante de uma negociação responsável que não cede a populismos".

A FNE e os seus sindicatos marcaram presença nesta que foi mais uma importante jornada de afirmação dos valores em que assenta o sindicalismo democrático no nosso país.

CLIQUE ABAIXO PARA CONSULTAR A GALERIA DE FOTOS DO EVENTO

<https://bit.ly/3Mfn8Jd>

Para o líder da UGT, "são os sindicatos, em particular os da UGT, o garante de uma negociação responsável que não cede a populismos".





FNE ASSINOU ACORDO COM CNIS



A FNE assinou a 28 abril, no Porto, mais um acordo no âmbito da Contratação Coletiva, neste caso com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

Este acordo permite, em termos gerais, uma melhoria das condições de trabalho dos docentes e não docentes do setor das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) tendo a FNE conseguido ir até mais longe em termos de valorização salarial, do que aquilo que estava previsto no último acordo de médio prazo celebrado entre a UGT, Governo e as Entidades Patronais.

Ficou ainda estabelecido que a FNE e os Sindicatos da UGT, vão requerer uma Portaria de Extensão que vai abranger outras instituições e que vai permitir aplicar as vantagens deste acordo às instituições que não estão associadas à CNIS.

Este acordo permite, em termos gerais, uma melhoria das condições de trabalho dos docentes e não docentes do setor das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

FNE AVANÇA COM PEDIDO DE REVISÃO DO CCT COM A CNEF

A FNE avançou com um pedido de revisão das tabelas salariais dos docentes e trabalhadores de apoio educativo à direção da Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF).

Apesar de o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) ter sido revisto em abril de 2022 para um período de vigência de dois anos, a FNE e os sindicatos da Mesa Negocial da Frente de Sindicatos da UGT (FSUGT) com representatividade no setor do ensino privado e profissional acionaram a cláusula nº 71, que salvaguarda a abertura de um processo negocial em 2023, no caso da inflação do ano de 2022 fosse superior a 0,99%.

O ponto nº 2 daquele artigo prevê que os seus efeitos sejam produzidos a partir de setembro do corrente ano.

A crise inflacionista assim como a invasão da Ucrânia trouxeram consequências às economias de todo o mundo, gerando uma subida descontrolada da inflação e colocando o poder de compra dos trabalhadores e das famílias portuguesas em grande perda.

Cenários que não se verificavam em janeiro de 2022, momento em que a FNE e a FSUGT iniciaram as negociações de revisão do CCT do ensino privado e profissional com a CNEF e respetivas tabelas remuneratórias, para vigorar a partir de setembro de 2022.

As propostas da FNE visam as remunerações e a valorização das carreiras e assentam na alteração das percentagens nas tabelas de docentes e não docentes do Continente, Madeira e Açores, que lhes permita o alívio da asfixia financeira que afeta todos, sem exceção.

A FNE aguarda com serenidade uma resposta à proposta que foi enviada à Direção da CNEF, para abertura de um processo negocial, com a esperança de que, do lado dos representantes dos empregadores da educação privada, haja uma receptividade positiva às propostas apresentadas pela federação, integrada na Frente de Sindicatos da UGT, coordenada pelo Secretário-Geral Adjunto da FNE, José Ricardo Coelho.

A crise inflacionista assim como a invasão da Ucrânia trouxeram consequências às economias de todo o mundo, gerando uma subida descontrolada da inflação.



WEBINÁRIO

26 MAIO 2023 | 17H00 ÀS 18H30
Inscrições: Até 17 de maio em www.fne.pt

Sócios Sindicatos FNE: 5€ | Sócios Sindicatos UGT: 10€ | Não Sócios: 20€

O desafio educativo de escrever para crianças



JOANA NOGUEIRA
Professora e escritora
de livros para crianças
Orador



RUI MAIA
Centro de Formação
da FNE
Moderador



Rui Leandro Maia



Juca Nogueira

JOANA NOGUEIRA NO WEBINÁRIO FNE/AFIET: "A LITERATURA PARA CRIANÇAS É UM GÉNERO MAIOR"

A FNE e a AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) promoveram, a 26 de maio de 2023, o webinar "O desafio educativo de escrever para crianças", que teve Joana Nogueira (professora e escritora de livros para crianças) como oradora convidada, numa sessão que contou com o Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, na moderação.

Ao abrir, a Mestre em História da Educação e da Pedagogia, lançou a questão: O que seria do mundo sem histórias?, lembrando que "todos somos uma história". E a propósito "ainda esta semana tive o prazer de estar numa universidade para falar sobre bibliotecas humanas. Mas em que é que isto consiste? É de facto uma ideia fantástica, porque cada livro tem a sua história e somos nós que a construímos. A nossa experiência se for pobre, não temos muito para contar, mas cada um acaba por ter um mundo dentro de nós e somos as palavras que temos para contar aos outros".

Segundo Joana Nogueira, numa consideração inicial neste webinar, cada vez mais a educação deve ser motivadora de saberes, adaptados às circunstâncias atuais, uma vez que são os pilares das competências do futuro e que permitem que o aluno se torne mais autónomo no seu desenvolvimento individual e coletivo.

Ao longo da vida, o ser humano explora diversas situações, de forma a atualizar e enriquecer os seus conhecimentos para se adaptar a um mundo sempre em mudança. "Mas somos nós que fazemos com que as coisas aconteçam. Temos de dar o passo à frente. Mas nós, professores, nem sempre temos tempo para acompanhar ou estar sempre em formação sobre certos temas. Mas temos alunos que percebem mais do que nós e temos de 'apanhar o comboio' para dar-lhes dar respostas".

Ao abrir, a Mestre em História da Educação e da Pedagogia, lançou a questão: O que seria do mundo sem histórias?, lembrando que "todos somos uma história"

Depois, a oradora convidada fez uma breve retrospectiva histórica do livro, mostrando a origem e o momento em que a literatura infantil ganhou destaque (séc.XVII), através de contos e fábulas mostrando às crianças o que era o bem e o mal. Alguns autores famosos de sucesso literário para crianças foram os irmãos Grimm, Hans Christian Andersen e Charles Perrault. Contrariamente ao que se pensa, a literatura para crianças é um género maior, envolvendo o mito, a lenda, a fábula, o apólogo, o conto, a crónica ou a novela.

Joana Nogueira apontou alguns lembretes que devemos ter em atenção enquanto escrevemos, "mas eu senti dificuldades no início da minha carreira para transmitir a mensagem da educação musical no 2º ciclo. Agora já existem atividades extracurriculares. Mas no meu tempo inicial não existia nada".

A escritora recorda que quando fez o mestrado em Salamanca, "o meu orientador dizia-me que o importante não era o que ia fazer, mas sim fazer algo que não ficasse na gaveta". A conversa levou-nos em seguida para o trabalho interdisciplinar, "que eu considero muito importante, porque o trabalho entre equipas de artes e de letras, por exemplo, pode dar resultados ótimos. Sei que muitas das vezes é complicado, mas temos de tentar conjugar".

Joana Nogueira salienta que "quando o livro chega às nossas mãos é fruto de um trabalho interdisciplinar. Temos a literatura, a escrita, as ideias, várias construções que têm de ser lidas pelo ilustrador, que é alguém fundamental, porque tem de saber ler e dar corpo ao que escrevemos. Às vezes a pessoa não lê bem o que temos".

A autora falou depois do seu projeto artístico em educação "que pretende levar a leitura, a música e também a parte plástica, às escolas, com base numa ideia de que "por ter sido eu a escrever, não tenho de ser eu a contar. É um material em que o escritor pode ser substituído por um leitor que vai interpretar de outra forma".

Pensar numa história "é pensar no livro inteiro, que mãos vão andar ali e que quando pensamos um livro isso inclui um contexto histórico e social e, caso necessário, cruzar com outros conhecimentos". Joana Nogueira adianta que "houve ideia de escrever um livro infantil construído com base na importância da literatura para crianças e como conjugar a literatura e a música. Não é preciso perceber nada de música para chegar perto das crianças e falar de música".

Por outro lado, ao pensarmos escrever um livro temos de ter em conta que a literatura infantil está ligada à educação e que produzir conhecimento e crítica sobre ela enriquece o trabalho de literatura na escola.

A chamada literatura infantil tem um papel fundamental na formação das crianças, seja no desenvolvimento de capacidades e competências cognitivas, seja emocional ou social. As obras garantem um mundo de imaginação e de aprendizagem, auxiliares no crescimento e na própria construção da identidade das crianças, desempenhando igualmente um papel insubstituível na promoção dos hábitos de leitura. "Sou muita apologista de atividades pequenas que surtam efeitos. Porque é nisso que muitas vezes as crianças agarram".

A também professora abordou a dimensão material e literária do livro, que deve sempre contar com um mediador, que deve ser um professor que ajude a criança a entender como ler ou manusear o livro. Na verdade, "a literatura deve fazer parte do conteúdo social na escola e não do obrigatório, com iniciativas que chamem as crianças aos livros".

A parte final foi de debate controlado pelo Professor Rui Maia, colocando um conjunto de perguntas e reflexões assumidas pela audiência e que incluíram questões à volta da forma como as crianças são ouvidas para estes projetos, como se levam os novos escritores à escola ou de que forma os livros infantis marcam e são lições de vida para os adultos.

A chamada literatura infantil tem um papel fundamental na formação das crianças, seja no desenvolvimento de capacidades e competências cognitivas, seja emocional ou social.



EPE À DERIVA

O sistema de Ensino do Português no Estrangeiro cada vez mais se assemelha a um barco à deriva, navegando às cegas, sem rumo, ao sabor de ondas políticas que ameaçam fazê-lo soçobrar.

Do ensino da Língua e Cultura Portuguesas para os filhos dos trabalhadores portugueses no estrangeiro, criado em seguimento da Constituição e dos princípios democráticos de abril de 1974 já nada resta, pois o direito a aulas de Português língua materna que assistia às crianças e jovens portugueses e lusodescendentes no estrangeiro foi deliberadamente retirado, com base em princípios elitistas e economicistas, segundo os quais a única vertente válida é o Português Língua Estrangeira, só essa dignifica o nosso país e a nossa língua além-fronteiras, o Português como língua de emigrantes é algo vergonhoso que não convém mencionar, será mais vantajoso para os lusodescendentes ter aulas de Português, língua estrangeira curricular ministradas por um professor francês ou alemão. Mas o que nunca é mencionado é que desse modo o estado português deixará de contratar e remunerar professores, uma poupança mínima, cujo preço elevado será o afastamento progressivo dos portugueses no estrangeiro de Portugal, pois irão perdendo as raízes culturais e linguísticas.

Quanto aos professores, dos quais restam 312 dos 600 que existiam em 2010, além de se verem sobrecarregados de tarefas burocráticas, relatórios inúteis, comprovativos de pagamento de propina, fichas, grelhas, etc, foram divididos em duas castas, superior e inferior. A primeira leciona gratuitamente Português Língua Estrangeira a alunos estrangeiros, a segunda leciona a mesma vertente, que é única e obrigatória, a alunos portugueses em grupos heterogéneos, com 4 e 5 níveis de escolaridade juntos, mediante pagamento de uma taxa anual, e recebe o fim dos seus postos de trabalho em cada ano letivo, pois os alunos, em consequência de fraca qualidade de ensino, aliada ao pagamento, são cada vez menos. Em contrapartida, horários incompletos há cada vez mais, assim como cursos a distância.

Face a esta situação preocupante os responsáveis, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades e Instituto Camões, entidades que nunca estiveram vocacionadas para o ensino de Português a alunos de nível básico e secundário, remetem-se a um silêncio ostensivo, não dialogando nem negociando com os representantes sindicais, mantendo uma situação de insegurança e precariedade que lhes parece ser muito conveniente.

Maria Teresa N. Duarte Soares
Secretária-Geral SPCL



PASSANDO POR E NAS ESCOLAS



Segundo o Decreto-Lei n.º 515/99 de 24 de novembro “no processo de construção de uma escola de qualidade, todos os profissionais da educação desempenham um

papel relevante. Além dos docentes, a escola integra um conjunto diversificado e relevante de outros profissionais, cuja ação é essencial na organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e no processo educativo”.

A este “conjunto diversificado e relevante de outros profissionais” chama-se **não** docentes. De acordo com o Dicionário Português a palavra não, deriva do latim e significa “non” que exprime negação, que é o oposto ao Sim. Ou seja, estes profissionais são aqueles que não são. Uma designação profissional começada por uma negação – pertinente, esta designação profissional ser única e exclusiva do Ministério da Educação. Muito poderíamos dissecar sobre este assunto, mas não será aqui.

Mais insólito é que confiamos os nossos filhos, cinco dias por semana, aos cuidados destes profissionais, que são o oposto ao sim, mas como diz o povo “se ninguém reclama ...é porque não há problema”.

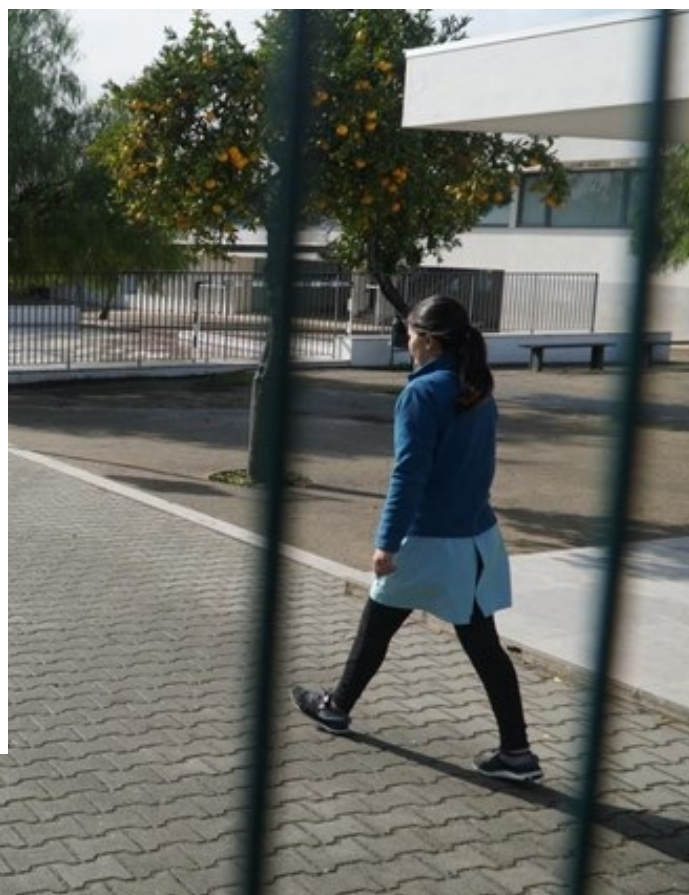
Também pela Portaria n.º 29/2015 de 12 de fevereiro “o Governo considera que o pessoal não docente constitui um capital humano de importância fundamental no bom funcionamento do sistema educativo. Pela contribuição técnica e pedagógica inerente ao seu perfil funcional, os assistentes operacionais e os assistentes técnicos são os primeiros profissionais de ensino a contactar com as crianças e jovens, bem como com as famílias, pais encarregados de educação e professores.

Com esta presente portaria pretende-se assegurar uma gestão mais rigorosa dos recursos humanos e garantir melhores condições de apoio, acompanhamento e vigilância aos alunos atra-

vés da atribuição de assistentes operacionais às escolas, com menos de 48 alunos. Esta alteração vai igualmente permitir uma maior estabilidade no pessoal não docente, bem como garantir condições de aprendizagem mais favoráveis aos alunos e maior apoio ao trabalho docente”. Verdadeiro e de acordo.

É evidente que a evolução que se tem vindo a verificar na organização escolar traduz-se numa maior complexidade das funções atribuídas ao pessoal não docente. Esta complexidade, quer de tarefas, quer de responsabilidades que lhes estão inerentes, é visível quando visitamos as escolas.

Nestas visitas, temos observado que estes Profissionais da Educação no dia-a-dia se confrontam com inúmeros, diversificados e constantes desafios. É notória a falta de profissionais para darem respostas a todas as necessidades que a instituição e comunidade escolar exige. Não obstante, é de realçar e louvar quer o profissionalismo, quer as competências demonstradas, nas diversas áreas que atuam.





30 ANOS DE SERVIÇO E SALÁRIO MÍNIMO

Porém, atualmente constata-se que estes funcionários têm um papel relegado para um plano deveras inferior, no que concerne às decisões afetas à comunidade educativa. Para além das múltiplas questões que contribuem para um sentimento geral de desmotivação, frustração e revolta destes funcionários.

Para este sentimento coletivo muito contribuiu a sua integração nos municípios.

A integração destes funcionários nos municípios foi feita sem que estes fossem ouvidos ou informados. Frequentemente ouvimos desabaços como “disseram-nos que agora somos funcionários da Câmara”, “ninguém nos disse nada... nem na escola nos informaram de nada...”, “...afinal quem manda em nós?...”, “...a minha chefe já me disse que se eu a chatear manda-me para a câmara varrer as ruas...”, “... não somos “pessoal menor como dizia no livro de ponto...”. Muitos outros poderíamos mencionar, mas por economia de texto e sensatez ficamos por aqui. O caos e mesmo o medo está instalado nestes funcionários, frequentemente tratados como “pessoal menor”, principalmente por quem tem responsabilidades no governo deste país.

É impreterivelmente necessário esclarecer estes profissionais no que respeita ao vínculo profissional. É uma questão de respeito pela dignidade pessoal e profissional destes funcionários. “...Somos pessoas”.

Para agravar esta situação existe a “obscena” avaliação do SIADAP! O sistema de atribuição de quotas é insuficiente e injusto. A forma como está a ser aplicada a execução da avaliação é dúbia e muito pouco transparente. Gera mau estar e um ambiente constrangedor entre os colegas. Verifica-se um aumento da conflitualidade entre trabalhadores, bem como consequências pes-

soais da avaliação, nomeadamente na motivação, na valorização do mérito, e na consequente alteração do posicionamento remuneratório.

É surreal que tenham de esperar dez anos para mudar de índice/nível. Estes trabalhadores nunca chegam ao topo da tabela salarial, pois são necessários 120 anos de trabalho efetivo! É vergonhoso!

É inadmissível que estes profissionais, indispensáveis ao funcionamento da escola, (*sem eles as escolas fecham!...*) trabalhem há mais de 30 anos na escola e o vencimento continua a ser o salário mínimo. Nunca progrediram, serão reformados por igual valor a um profissional que entre agora pela primeira vez no emprego.

Numa Escola do séc. XXI, que se quer cada vez mais inclusiva e exigente em qualidade e competência, é fundamental repensar os direitos e os deveres de **TODOS** os seus colaboradores.

É urgente a criação de um **Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo**, que permita a subida de índice com a menção de adequado. Estes profissionais trabalham nas Escolas, são funcionários da Educação, *com todo o respeito e reconhecimento*, mas um assistente operacional de uma escola não é igual ao assistente operacional que é coeiro no Município.

É urgente uma avaliação de desempenho justa e sem cotas.

Toda a comunidade escolar converge para o mesmo objetivo. Logo, **TODOS** somos um a lutar pelo mesmo objetivo - uma escola de excelência para uma sociedade excelente.

Alice Ramos
Dirigente do STAAE-ZN

Mais insólito é que confiamos os nossos filhos, cinco dias por semana, aos cuidados destes profissionais, que são o oposto ao sim, mas como diz o povo “se ninguém reclama...é porque não há problema”.

II CONFERÊNCIA MUNDIAL DO PAE, EM AVEIRO: RECONHECER, VALORIZAR E FINANCIAR



A Internacional da Educação (IE) e a FNE organizaram, em parceria, a II Conferência Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (PAE) nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2023, no Auditório do Hotel Meliá Ria, em Aveiro, com a especial participação dos três sindicatos da federação de profissionais da educação, STAAE-ZN, STAAE-ZC e STAAE Sul e RA. O lema da conferência foi “Construir a Força dos Sindicatos: Defender os Direitos e o Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo”, inserida nas comemorações do VI Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo, celebrado em todo o mundo no dia 16 de maio, desde o ano de 2018.

A II Conferência do PAE contou com a presença do Secretário-Geral da IE, o norte-americano David Edwards, e todo o programa do evento foi desenhado à luz da mais recente campanha da IE “Pela Educação Pública: Financiar a Educação”, que reforça a importância de os governos de todo o mundo investirem no PAE, para uma educação de qualidade.

Os quatro subtemas principais da conferência foram “Melhorar as Condições de Trabalho do PAE”, “Por Uma Educação Pública: Financiar o PAE”, “Renovação Sindical” e “O PAE Para a Inclusão e Sustentabilidade”.

Oitenta trabalhadores do PAE, docentes e ativistas de 48 organizações membros da IE e convidados de organizações parceiras de 29 países marcaram presença no evento, oriundos de África do Sul, Argélia, Austrália, Brasil, Canadá, Costa Rica, Costa do Marfim, Equador, Espanha, França,

Gana, Grécia, Honduras, Irlanda, Itália, Lesoto, Malásia, Nepal, Nigéria, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Ruanda, Senegal, Sri Lanka, Suécia, Uruguai e Zâmbia.

A maior delegação foi a dos EUA com nove representantes, entre eles Debra Ward-Mitchell, Trabalhadora Não Docente do Ano 2022 na América. Debra é dirigente da NEA (Associação Nacional da Educação), o maior sindicato da educação do mundo, com 3,2 milhões de associados. As delegações trocaram ideias e experiências, unindo-se em solidariedade para construir uma grande força sindical, em defesa do PAE.

A II Conferência da IE de Aveiro fez o balanço dos direitos e do estatuto do PAE no contexto das múltiplas crises que se cruzam atualmente e que afetam o panorama político: a pandemia da COVID-19, os cortes nos orçamentos educativos, a inflação e a crescente privatização da educação.

Dela saíram estratégias em conjunto para acelerar progressos, no sentido de se alcançar a visão que ficou definida na **Declaração de Aveiro de 2023**, celebrando o poder do movimento sindical da educação, para que possa fazer a diferença nas condições de vida e de trabalho do PAE, em todo o mundo.

Mais insólito é que confiamos os nossos filhos, cinco dias por semana, aos cuidados destes profissionais, que são o oposto ao sim, mas como diz o povo “se ninguém reclama...é porque não há problema”.





JOÃO DIAS DA SILVA ABRE A CONFERÊNCIA

A receção aos convidados decorreu ao fim da tarde de 16 de maio e contou com um momento musical de fado, a cargo de Sara Travassos e Cláudio Silva, que mostraram a todos os convidados internacionais alguns bons momentos da tradição e do simbolismo nacional da saudade.

A sessão de abertura do dia 17 de maio contou com uma intervenção de João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, e de Susan Hopgood, em vídeo, Presidente da Internacional da Educação e Secretária Federal da União Australiana de Educação.

Seguiu-se o plenário em redor do tema "Defender o estatuto e os direitos do PAE num contexto de cortes nos orçamentos de educação & privatização", liderado por Antonia Wulff, da IE. O debate referiu como os orçamentos da educação estão estagnados ou em declínio em muitos países, apesar da necessidade de recuperação do setor após a pandemia.

A crise de financiamento na educação teve, e continua a ter, um enorme impacto no PAE. Foi ainda discutido o quanto a escassez de financiamento e as tendências de privatização da educação têm no trabalho e na vida do PAE, bem como as consequências negativas para uma educação de qualidade. O plenário acabou por demonstrar a necessidade e a oportunidade da campanha da IE, em torno de mais financiamento pela educação pública.

Falou-se depois de austeridade e do panorama global do financiamento da educação, numa apresentação inicial de Maria Ron-Balsera, da Action Aid. João Ramalho, Presidente do STAAE-ZC, interveio no painel sobre "Defender o estatuto e os direitos do PAE no contexto dos cortes

orçamentais e da privatização da educação". Acompanharam-no Valérie Fontaine (CSQ), Gueda Andrade (CNTE) e Isabell Matebula (SADTU). Os quatro responderam à questão sobre o panorama do financiamento da educação em cada contexto nacional e qual tinha sido o impacto nos seus associados.

João Ramalho sublinhou que os antecedentes e o contexto da Conferência de Aveiro se encontravam na recuperação da COVID-19, nos cortes no financiamento dos sistemas de educação e formação, no aumento da privatização e comercialização da educação, na crise climática e na necessidade de um efetivo reconhecimento e valorização do papel do PAE numa educação inclusiva e de qualidade – a nível mundial.

Carlos Varandas, do STAAE-ZC, participou depois, com Debra Ward-Mitchell, no "Painel: Vozes do Terreno". O Vice-Presidente do STAAE-ZC partiu da sua experiência pessoal numa escola da Guarda, para responder à questão a respeito de como as restrições de financiamento o afetaram a si e ao seu trabalho e como é que isso tem afetado a qualidade do ensino para os alunos.

Seguiram-se três sessões paralelas sobre o PAE na Educação para a Infância (Creche + Pré-Escolar), no Ensino Superior e no Ensino Básico e Secundário, esta última com tradução em português. Fausto Neves (STAAE-ZC) e colegas de outras latitudes debateram os desafios específicos do setor, partilhando preocupações, bem como as medidas adotadas para fazer avançar os direitos e os estatutos do PAE.

Para o período de almoço lançaram-se as chamadas "EdVoices", que são conversas informais sobre um tema, realizadas durante a refeição.

Mais insólito é que confiamos os nossos filhos, cinco dias por semana, aos cuidados destes profissionais, que são o oposto ao sim, mas como diz o povo "se ninguém reclama... é porque não há problema".

A IMPORTÂNCIA DO BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL

O período da tarde começou com três sessões paralelas sobre O PAE e a Transição Justa, O Papel do PAE em Assegurar os Direitos e a Inclusão LGBT e o PAE na Promoção de Salas de Aula e da Educação Inclusiva, a última das quais com tradução em português e previamente planejada pelos três STAAEs nacionais.

Pela FNE lideraram o painel Marisol Carmelino (STAAE Sul e RA), que falou da sua experiência com alunos migrantes e imigrantes e Rita Nogueira (STAAE-ZN), que focou a sua intervenção nos alunos com dificuldades educativas especiais, nos recursos das escolas e nos desafios da escola inclusiva portuguesa. A necessidade de formação específica para o PAE foi aqui por diversas vezes enunciada.

Após um breve intervalo, seguiram-se duas outras sessões paralelas que visaram a reflexão sobre uma proposta de texto para a Declaração de Aveiro, a ser aprovada no final da II Conferência. O tema do dia 18 de maio foi “Onde queremos chegar e de que precisamos”. A manhã abriu com um espaço só para as mulheres participantes na conferência se conectarem e discutirem questões relacionadas com o género e os êxitos do PAE.

Seguiu-se o plenário “Direitos e Estatuto do PAE: Partilhar estratégias de sucesso para tornar a nossa visão uma realidade”. Foi mais uma oportunidade para os sindicatos da FNE debaterem as estratégias adotadas para conseguir mudanças e melhores condições e aconselhar outros sindicatos a seguirem o mesmo rumo.

Cerca das 11 horas foi a vez de mais três sessões paralelas: “Construir o poder sindical através da realização de uma campanha temática”, “Pela Educação Pública: Financiar a Educação – Campanha” e “Saúde e bem-estar do PAE: o inquérito ‘I-BEST’” (esta com tradução portuguesa). Na segunda sessão paralela, Rebeca Logan (Diretora de Campanhas da IE) atualizou toda a informação sobre a mais recente campanha global, sublinhando de que modo os sindicatos se poderiam envolver, para resistirem à privatização e mudarem a narrativa para a educação pública.

Os três STAAEs intervieram na terceira sessão, focada na promoção do bem-estar físico e mental dos Trabalhadores da Educação, e ficaram a conhecer os resultados do “I-BEST – Barómetro Internacional do PAE” de 2021, desenvolvido pela Rede Educação e Solidariedade e pela MGEN Saúde Pública, em parceria com a IE e a Cátedra da UNESCO Saúde.

Os Presidentes João Ramalho (STAAE-ZC) e Cristina Ferreira (STAAE Sul e RA) mostraram interesse em participar na II Edição do barómetro e aproveitaram para divulgar os resultados mais relevantes das consultas nacionais da FNE ao PAE.

Ainda antes do almoço decorreram outras três sessões paralelas sobre o tema “Reforçar a nossa capacidade de renovação sindical”, com o foco nos 12 aspetos-chave da IE sobre aquela matéria. Como estava previamente planejado, a Presidente do STAAE Sul e RA, Cristina Ferreira, marcou o tema com a sua intervenção.

Nos primeiros vinte minutos após o almoço ocorreu a segunda “EdVoices”, aqui em francês, sobre o ativismo sindical a nível internacional e a estruturação do PAE nas redes educativas e culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês.

Até ao intervalo da tarde a conferência desenvolveu as três últimas sessões paralelas do programa. Uma primeira sobre “Tirar partido do que sabemos sobre o PAE para ajudar a organizar, envolver e apoiar os seus membros”, focada no mais recente inquérito quinquenal da NEA, dos EUA, e numa análise financeira e estatística da realidade americana.

Uma segunda, a respeito da “Renovação sindical: próximos passos”. E uma terceira sobre “Trabalhar em equipa para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais”, com participação dos STAAEs nacionais.

Os intervenientes falaram aqui sobre os recursos disponíveis nos sistemas educativos dos seus países para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais. Por outro lado, discutiram as mudanças em curso na educação e o trabalho efetuado para melhorar o reconhecimento do papel e do contributo dos profissionais do PAE.

Mais insólito é que confiamos os nossos filhos, cinco dias por semana, aos cuidados destes profissionais, que são o oposto ao sim, mas como diz o povo “se ninguém reclama...é porque não há problema”.

DAVID EDWARDS ENCERRA A CONFERÊNCIA

Procedeu-se então a um debate final sobre o texto da Declaração de Aveiro, que foi de seguida aprovado por unanimidade. Em estreita ligação com a campanha de financiamento da IE “Pela Educação Pública! Financiar a Educação”, a Declaração de Aveiro, adotada em 18 de maio de 2023 constituirá um apelo à ação para que os governos aumentem o investimento público no PAE, assegurando os trabalhadores necessários em cada escola, a estabilidade profissional, a mobilidade, o devido reconhecimento salarial, assim como condições para um desenvolvimento de carreira digno ao longo da vida. A Declaração de Aveiro vai de igual modo servir como base de trabalho da IE para levar ao seu próximo congresso de 2024, a realizar na Argentina.

Coube a Joaquim Santos fazer o encerramento pela FNE, focando a transformação na educação, numa fase de transição digital, transição verde e transição para uma urgente e indispensável Educação Ambiental. A FNE e os seus três sindicatos de PAE exigem mais investimento nos trabalhadores da educação, assim como o devido reconhecimento e valorização, quer profissional, quer em condições de vida e de trabalho, quer de salários. Uma boa oferta de formação para estes educadores e a reconquista do seu merecido Estatuto estão nos grandes objetivos para o PAE em Portugal.

As palavras finais ficaram a cargo de David Edwards, SG da IE, que mostrou toda a satisfação pela presença em Portugal e pela parceria de sucesso na organização desta Conferência com a FNE. David Edwards reforçou a necessidade urgente de valorização a nível mundial do PAE, com o devido reconhecimento do seu papel como verdadeiros educadores, numa educação pública de qualidade.

A II Conferência Mundial do PAE nomeou um relator para cada sessão plenária e para cada sessão paralela. Os relatores registaram as principais conclusões e recomendações das sessões a incluir no relatório final da conferência. Este relatório e a Declaração de Aveiro terão um importante papel a desempenhar na próxima conferência do PAE, no Congresso Mundial da IE de 2024, na Argentina, e nas futuras políticas da IE sobre o PAE.

A I Conferência Mundial do PAE da IE decorreu em 15 e 16 de maio de 2018, em Bruxelas, e teve a participação da FNE. A Conferência adotou a Declaração sobre os Direitos e Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo, que apela aos governos de todo o mundo para que os valorizem, respeitem e garantam ao PAE condições de vida e de trabalho dignas.

- [Declaração de Aveiro](#)
- [Texto do Presidente do STAAEZC, João Ramalho](#)

Mais insólito é que confiamos os nossos filhos, cinco dias por semana, aos cuidados destes profissionais, que são o oposto ao sim, mas como diz o povo “se ninguém reclama...é porque não há problema”.



Galeria de fotos

[1º dia](#) | [2º dia](#)

FNE EM MADRID: DESCONETADOS COM A NATUREZA



A FNE participou na 3ª Atividade de Aprendizagem entre Pares do projeto “Parceiros Sociais Europeus na Educação Promovendo a Sustentabilidade Ambiental na Aprendizagem, Ensino e na Gestão”, uma organização do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) e da EFEE (Federação Europeia de Empregadores), que decorreu em 23 de março de 2023, em Madrid.

Daniel Wisniewski (EFEE) deu as boas-vindas aos 38 participantes do seminário e apresentou os quatro itens a abordar: 1 - Resultados de aprendizagem dos alunos: Como garantir que a sustentabilidade seja um tema transversal a todo o currículo?; 2 – Professores: Como é que os professores se podem sentir melhor preparados? (necessidade de desenvolvimento inicial e contínuo para incorporar aspetos da sustentabilidade no currículo); 3 – Infraestruturas: Como transformar uma escola num lugar do século XXI, levando em consideração a sustentabilidade e outras questões sociais?; e 4 - Parceiros sociais: Como podem eles contribuir para este processo, fortalecendo a negociação para produzir resultados nesta temática.

Susan Flocken, Diretora do CSEE, destacou a necessidade de mudança em relação à educação, à sociedade e ao uso de recursos. Trata-se de capacitar os professores e as escolas com os recursos necessários à profissão docente, para

lidar com este tema. Susan Flocken recordou que foram os jovens os primeiros a chegar às ruas, apelando aos educadores, professores e outros atores da educação para assumirem suas responsabilidades. A Diretora do CSEE Sra. Flocken destacou ainda o papel dos parceiros sociais e a importância de trabalhar em conjunto.

José María Cobano (UGT Serviços Públicos) relevo a importância de garantir que a economia seja ecológica, mas também inclusiva. Ele acrescentou que governos, empregadores e trabalhadores devem ser agentes de mudança económica e social e que os parceiros sociais na educação devem compartilhar essa responsabilidade através do diálogo social. Em sua opinião, é necessário que os educadores e os sistemas educativos promovam práticas como a reciclagem e os espaços verdes, para que as gerações futuras adquiram conceitos claros de sustentabilidade ambiental e uso sustentável dos recursos.

Por sua vez, Santiago García Gutiérrez (da CECE - confederação espanhola de escolas privadas) sublinhou a prioridade de se desenvolver programas para navegar na transição verde e dotar alunos e professores com as competências certas e necessárias. Para ele, as escolas devem desenvolver boas práticas e programas completos para combater as mudanças climáticas.

UM CURRÍCULO VERDE EUROPEU

Samira Bühler (EFEE) e Ekaterina Efimenko (CSEE) lembraram que abordar a educação para a sustentabilidade ambiental fazia parte de diferentes iniciativas, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o Acordo Verde Europeu. Para ambas, a Recomendação do Conselho sobre a aprendizagem para a sustentabilidade ambiental e o Quadro Europeu de Competências em matéria de sustentabilidade foram extremamente relevantes a nível europeu.

Samira e Ekaterina acrescentaram que a EFEE e o CSEE já tinham começado a abordar este tópico no diálogo social em 2020 e continuaram empenhados em melhorar o conhecimento de seus membros e o entendimento comum sobre o design e implementação da educação para a sustentabilidade ambiental e o impacto da transição verde para empregadores na área da educação, professores, formadores, dirigentes escolares, pessoal académico e outros profissionais.

Ekaterina mencionou o projeto do CSEE “Educação para a Mudança Social: O papel dos Sindicatos da Educação na abordagem do desenvolvimento ambiental sustentável” (2021-2022), que mostrou que em muitos países europeus havia uma lacuna entre o currículo e as políticas de educação para a sustentabilidade ambiental, havendo que melhorar mecanismos de avaliação, materiais e uma abordagem integral de toda a escola.

Samira Bühler lembrou que a EFEE tinha um projeto com a SGI Europe sobre competências

verdes na Educação e Formação Profissional, que abordava questões relacionadas com o impacto da transição verde no emprego, enquanto examinava as competências necessárias para permitir e desenvolver essa transição.

Este projeto concentrado nos ensinamentos primário e secundário permitiu um olhar mais atento sobre a gestão escolar, o ensino e a aprendizagem, abordando questões como a de saber interligar aqueles três níveis, como assegurar a cooperação e a liderança ou como aprimorar a cooperação e a liderança, tudo com o conhecimento e as competências ambientais. Relevante será o relatório a sair deste projeto, da responsabilidade do investigador Paddy Duggan.

A importância de promover a sustentabilidade ambiental na educação é crucial neste momento. Foi esta a mensagem deixada pela deputada do Parlamento Europeu Sabine Verheyen, que destacou a Recomendação do Conselho sobre a Aprendizagem para a Transição Verde e a iniciativa Education for Climate Coalition. Para ela, e para ser bem-sucedida, a transição verde precisaria operar em toda a cadeia de valor, desde a educação infantil até ao ensino superior, formação profissional e vocacional, pesquisa e inovação.

Nesse sentido, Verheyen defendeu um currículo verde europeu que integrasse as políticas educativas nos estados membros com o Pacto Verde Europeu e a atualização de vários documentos, incluindo o quadro de competências europeu.

A importância de promover a sustentabilidade ambiental na educação é crucial neste momento. Foi esta a mensagem deixada pela deputada do Parlamento Europeu Sabine Verheyen



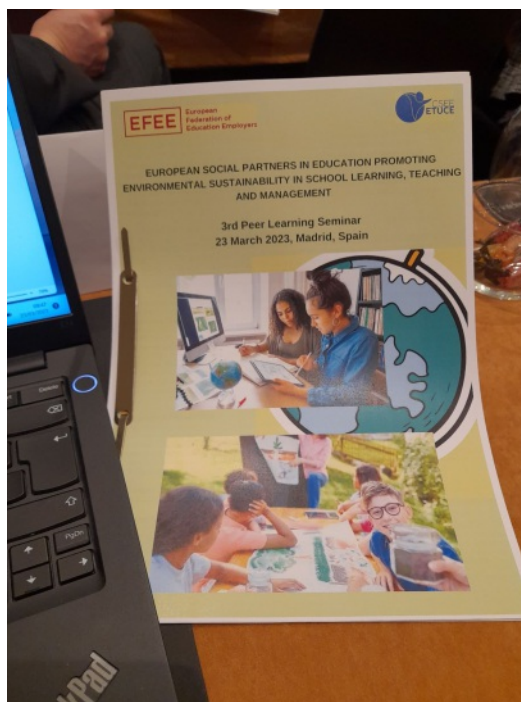
SUSTENTABILIDADE FORA DA ORDEM DO DIA

Paddy Duggan falou do diálogo social e sustentabilidade ambiental na educação escolar europeia e apresentou os resultados preliminares da investigação do projeto. Os documentos da União Europeia, os materiais do CSEE e da EFEE, assim como as atividades de aprendizagem entre pares foram consideradas boas práticas. Ele frisou que existe hoje um consenso sobre o facto de que as questões ambientais precisam de ser tratadas de forma urgente, e que os professores e os empregadores da educação têm um papel crucial a desempenhar.

Duggan delineou então as principais mensagens do CSEE, que incluíam a necessidade de abordar questões relacionadas com o volume de trabalho e problemas de saúde e bem-estar dos professores, contextos laborais difíceis, necessidade de recursos, necessidade de recursos, necessidade de oportunidades de formação, reforma curricular, avaliação, autonomia profissional e falta de visão política. O investigador salientou exemplos de como a gestão escolar pode fazer a diferença pensando fora da caixa e lembrou uma professora que ensinava arte com foco no meio ambiente.

Depois, destacou a necessidade de uma abordagem sistémica e de um currículo verde e referiu que o bem-estar dos alunos foi afetado, tendo a eco-ansiedade surgido na pesquisa, juntamente com a necessidade de mais igualdade e justiça social. Lidar com estas questões também envolve uma mudança de cultura e é necessário garantir que a educação não exista apenas para fins industriais, mas também para apoiar os cidadãos na transição. Para Duggan, a possibilidade de trazer profissionais verdes para as escolas também pode ser considerada. Assim, os psicólogos ou profissionais de saúde mental podem fazer a diferença na educação para a sustentabilidade.

O CSEE e a EFEE debateram em seguida que tipo de modelo deveria ser usado. Se incorporar a sustentabilidade ambiental nos currículos existentes, se através de módulos separados. Para Maria Luisa Vico (UGT Serviços Públicos) a sustentabilidade e o meio ambiente devem ser abordados de forma global e integrados de forma transversal. José Gayoso (STES Intersindical-Espanha) salientou que a educação ambiental deve centrar-se na fonte e na causa da crise, no modelo de produção e consumo da nossa sociedade.



O CSEE e a EFEE debateram em seguida que tipo de modelo deveria ser usado. Se incorporar a sustentabilidade ambiental nos currículos existentes, se através de módulos separados.

COMPRAR MOCHILAS TODOS OS ANOS

Gayoso sublinhou que as escolas devem ser exemplos de sustentabilidade, entre outros, no que diz respeito à energia, à água da chuva, à proveniência dos alimentos, aos espaços verdes, às refeições na escola ou aos lanches dos alunos.

John MacGabhann (TUI-Irlanda) e Ceren Pekdemir (AOB-Alemanha) concordaram que era importante contar com as competências que os professores já possuíam. E Susan Flocken apontou que se deveriam determinar as necessidades dos professores e dos líderes escolares e os fundos alocados para este âmbito.

Quanto ao debate no diálogo social, John MacGabhann e Joaquim Santos (FNE-Portugal) especificaram que na Irlanda e em Portugal o tema foi de certa forma isolado num assunto específico e que as escolas receberam expectativas dos governos sem receber recursos. O tema foi assim discutido, tem surgido de modo irregular, mas ainda não foi verdadeiramente incorporado nas escolas e no sistema educativo.

Santiago Garcia referiu que em Espanha o tema da sustentabilidade não estava na ordem do dia. Ele especificou que havia outros temas urgentes na agenda, como a inflação e o declínio demográfico, fazendo com que a educação ambiental não fosse uma prioridade, nem para os empregadores, nem para os sindicatos.

Apresentou-se de seguida uma escola de boas práticas de nome Colegios Zola Las Rozas. A professora Álvarez Mazas discorreu sobre o pro-

jeto Second life, explicando que se tratava de reaproveitar objetos que os alunos tinham em casa. Patricia Ibarra falou do Projeto “Professores para o Futuro”, que abordava temas como a reciclagem e reutilização, resíduos orgânicos, recolha de telemóveis velhos, lixo invisível como os emails, incentivando os alunos a ter uma cozinha na escola, em vez de usarem a restauração com comida de plástico.

Este projeto tinha também diversos bens que podiam ser plantados e cultivados, para que os alunos percebessem quanta água e tempo seriam necessários para o crescimento. No que diz respeito à mobilidade, foram incentivados itinerários com bicicletas ou outros meios de transporte amigos do ambiente e foram reivindicados espaços usualmente disponibilizados para carros.

O projeto “Professores para o Futuro” apostou, de igual modo, na renaturalização, que consiste em recuperar os espaços de terra nas escolas para que diversas sementes possam ser aí plantadas. Deste modo, as crianças podem reconhecer os bichos e entender o papel que desempenham no ecossistema.

Retive três mensagens muito relevantes da apresentação dos Colegios Zola: como consumidores temos um poder muito forte; é urgente prolongarmos a vida dos produtos (não é preciso comprar mochilas e material didático todos os anos); estamos infelizmente desconetados com a Natureza.

Quanto ao debate no diálogo social, John MacGabhann e Joaquim Santos (FNE-Portugal) especificaram que na Irlanda e em Portugal o tema foi de certa forma isolado num assunto específico e que as escolas receberam expectativas dos governos sem receber recursos.





RECURSOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Seguiu-se uma mesa redonda sobre o diálogo social na promoção da educação ambiental na gestão escolar, aprendizagem e ensino em Espanha. Silvia de Lascas (Ministério da Educação) explicou que no seu país existe um marco regulatório a nível nacional para o trabalho realizado entre os ministérios, em relação à educação para a sustentabilidade. O Governo tem uma estratégia até 2030 e um plano nacional de adaptação às alterações climáticas, com 20 iniciativas.

Silvia de Lascas lembrou que a Espanha tinha uma nova Lei Educativa desde dezembro de 2022, com diversas inovações. No desenvolvimento dos currículos, a educação para a sustentabilidade ambiental, e às competências relacionadas com a cidadania global, refletiu-se nas diferentes disciplinas, mas também está presente, de forma transversal, para todas as idades, desde o pré-escolar ao secundário. A nova lei da formação profissional, aprovada recentemente, também incluiu a educação ambiental para a sustentabilidade nos seus princípios, revendo perfis relacionados com esta matéria.

Maria Luísa Vico venceu que a nova lei educativa de Espanha incluiu o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente como parte do sistema de formação, e que a sua UGT viu nisso uma oportunidade de transformar a sociedade e os hábitos, contribuindo para a preservação do planeta.

Focou-se depois a colaboração da educação com outros atores da sociedade. Virginia Moreno (Ecoembes) defendeu uma abordagem transversal e Raquel Marín falou do Ecoembes-Naturaliza, um projeto interdisciplinar online e gratuito com foco na sustentabilidade, desenvolvido tendo em mente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação) da ONU, especialmente o 4.7, a que todos os professores da Espanha poderiam aceder.

A Ecoembes oferece um curso de formação online para ajudar os professores a conectar os currículos com os temas em questão e ainda uma biblioteca de recursos para que introduzam a sustentabilidade ambiental em diferentes contextos educativos. No final, ficou a conclusão de que em Espanha falta a consciencialização do tema da Educação Ambiental nos educadores e professores, nos alunos e nas escolas.

Daniel Wisniewski, Secretário-Geral da EFEE, encerrou o evento e destacou a responsabilidade compartilhada de trazer progresso. Além de Madrid, este projeto já teve seminários em Kinsale (Irlanda), Varsóvia (Polónia), Helsínquia (Finlândia). A conferência final será em Bruxelas, em data a anunciar.

Daniel Wisniewski, Secretário-Geral da EFEE, encerrou o evento e destacou a responsabilidade compartilhada de trazer progresso.

LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS: UM PROBLEMA PARA TODAS AS IDADES

Os estudos científicos e a experiência cotidiana demonstram manifestamente que a saúde e o bem-estar das crianças e dos jovens representam uma prioridade mundial e que estão estreitamente interligados com a sua educação escolar.

Depois da família, a escola ocupa a posição mais importante em termos de socialização para os jovens. Tem uma influência decisiva e a longo prazo, tanto na aquisição de competências em matéria de saúde, como de comportamentos de saúde, bem como nas oportunidades de saúde na infância, na adolescência e em todas as fases posteriores da vida. É também o local mais adequado para levar a cabo uma estratégia sustentável de prevenção.

Existe uma relação recíproca entre o ensino escolar e a saúde. Por um lado, a escola e os processos de ensino-aprendizagem, e a cultura escolar em particular, influenciam o bem-estar e a saúde, bem como os comportamentos de saúde a curto e a longo prazo das crianças e dos jovens. Por outro lado, a saúde e o bem-estar, tanto dos alunos como dos professores têm uma influência na aprendizagem e no sucesso académico.

Os problemas de saúde são uma questão grave, tanto para as crianças e jovens como para os educadores, professores e trabalhadores de apoio educativo. Os professores queixam-se não só de doenças e de perturbações mentais e psicossomáticas em particular, mas também de lesões musculoesqueléticas (LME). As causas destas não estão exclusivamente relacionadas com o meio escolar, embora tal seja muitas vezes o caso. Tal aplica-se tanto

às perturbações graves, como aos efeitos adversos e aos défices de saúde nas fases posteriores da vida.

A saúde e a educação estão estreitamente ligadas entre si e são mutuamente dependentes. A este respeito, a educação deve concentrar mais atenção na saúde, ao passo que, por seu lado, os setores da saúde pública e da SST têm de atribuir mais importância à prevenção nos estabelecimentos de ensino.

As escolas são um ambiente adequado para a prevenção das LME. Embora o trabalho concreto relativo ao tema da saúde em geral e, em especial, das LME, ainda deixe muito a desejar na maioria dos países europeus, o quadro formal para a promoção e prevenção da saúde nas escolas está bastante bem desenvolvido em praticamente todos os sistemas.





EXERCÍCIO FÍSICO É RELEVANTE

No âmbito de uma estratégia de saúde preventiva centrada na promoção da saúde musculoesquelética e na prevenção das LME, é necessário colocar uma maior ênfase na atividade física e no exercício físico, independentemente do cenário. As conclusões atuais indicam que as doenças e perturbações do sistema musculoesquelético podem ser prevenidas e minimizadas sobretudo através do exercício físico.

O exercício físico pode prevenir a obesidade, melhorar a densidade óssea, fortalecer a resistência e a mobilidade, bem como prevenir ou reduzir a ansiedade e a depressão, entre outros aspetos. Todos estes fatores têm influência no desenvolvimento, evolução e gravidade das LME.

Por consequência, juntamente com a conceção ergonómica de um determinado ambiente, a intervenção orientada para os movimentos desempenha um papel muito importante na prevenção das LME.

No meio escolar, o exercício físico tem a vantagem adicional de promover a aprendizagem e pode melhorar o desempenho académico das crianças e dos adolescentes.

Introduzir mudanças no sistema educativo ou em qualquer escola individual é um desafio, independentemente do tema em causa. Entre os motivos de tal facto contam-se a complexidade do sistema escolar e o carácter único de cada escola individual. Além disso, a mudança requer uma vontade de mudar por parte das escolas, o que nem sempre é efetivo na medida necessária desde o início.

A integração da Segurança e Segurança no Trabalho (SST) na educação, em especial no ensino escolar, já consta da agenda da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) há anos. O tema foi introduzido pela primeira vez pela EU-OSHA há 20 anos, através de um seminário. Pouco tempo depois, seguiu-se o primeiro relatório e a primeira campanha, que também incidiu na educação e escolarização.

Desde então, tornou-se um tema recorrente na agenda da EU-OSHA, juntamente com as medidas e os planos de ação conexos. Em 2002, a Estratégia da Comunidade Europeia em matéria de SST forneceu o quadro oficial para estas atividades. Atualmente, o quadro é denominado «Quadro Estratégico da UE para a SST».

As conclusões atuais indicam que as doenças e perturbações do sistema musculoesquelético podem ser prevenidas e minimizadas sobretudo através do exercício físico.

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE ABRIL A 25 DE MAIO DE 2023

[Portaria nº 111-A/2023-DR nº 81/2023,
1º Suplemento, Série I de 2023-04-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Educação

Fixa as vagas do concurso externo dos quadros de zona pedagógica e do ensino artístico especializado da Música e da Dança.

[Decreto-Lei nº 28/2023-DR nº 83/2023,
Série I de 2023-04-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um regime de atualização intercalar das pensões.

[Resolução do Conselho de Ministros
nº 36/2023-DR nº 85/2023,
Série I de 2023-05-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga o período de vigência da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

[Relatório \(extrato\) nº 1/2023-DR nº 87/2023,
Série II de 2023-05-05](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Torna-se pública a versão resumida do relatório de atividades relativo ao ano de 2022 do Conselho Nacional de Educação.

[Despacho nº 5260/2023-DR nº 88/2023,
Série II de 2023-05-08](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova o calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2023-2024.

[Decreto-Lei nº 32-A/2023-DR nº 88/2023, 1º
Suplemento, Série I de 2023-05-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação.



[Despacho nº 5303/2023-DR nº 89/2023,](#)
[Série II de 2023-05-09](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Nomeação da comissão de peritos do contingente prioritário para candidatos com deficiência no âmbito do Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2023-2024.

[Aviso \(extrato\) nº 9206-A/2023-DR nº 90/2023,](#)
[1º Suplemento, Série II de 2023-05-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

Notificação para o exercício do direito de audiência prévia no âmbito da publicação das listas provisórias de candidatos colocados e não colocados da terceira fase de colocações da segunda edição do programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado - EstágiAP XXI.

[Portaria nº 118-A/2023-DR nº 90/2023,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2023-05-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Educação

Fixa as vagas do concurso externo de vinculação dinâmica.

[Aviso nº 9206-E/2023-DR nº 90/2023,](#)
[2º Suplemento, Série II de 2023-05-10](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar

Concursos de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2023/2024, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 32-A/2023, de 8 de maio.

[Declaração de Retificação nº 380-A/2023](#)
[DR nº 91/2023, 2º Suplemento,](#)
[Série II de 2023-05-11](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar

Retifica o Aviso nº 9206-E/2023, inserto no DR, 2.ª série, nº 90, 2.º suplemento, de 10 de maio de 2023.

[Resolução da Assembleia da República](#)
[nº 49/2023-DR nº 92/2023,](#)
[Série I de 2023-05-12](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que aprove e implemente uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030.

[Despacho nº 5506/2023-DR nº 92/2023,](#)
[Série II de 2023-05-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Saúde - Gabinetes das Ministras Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Secretária de Estado da Promoção da Saúde

Constituição de uma comissão técnica no âmbito do programa de promoção da saúde mental nos estudantes do ensino superior.

[Lei nº 20/2023-DR nº 95/2023,](#)
[Série I de 2023-05-17](#)

Assembleia da República

Altera o regime de vários benefícios fiscais.

[Deliberação nº 530/2023-DR nº 98/2023,](#)
[Série II de 2023-05-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

6.6.23



www.fne.pt

GREVE NACIONAL

POR POLÍTICAS
CONCRETAS DE
VALORIZAÇÃO DOS
PROFESSORES
QUE RECONHEÇAM A SUA
IMPORTÂNCIA NA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
PÚBLICO DE EDUCAÇÃO.



SINDICATO
PROFESSORES
ZONA NORTE

SPZC



SDP



SDPA

